



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Movimentos Sociais e Participação Social

**O Trabalho Social com Famílias no território rural:
sistematização da experiência na Vila Rural das Orquídeas do
distrito de Guaravera, em Londrina-PR.**

Marcílio Ronaldo Garcia¹
Pedro Luiz Vidal Rossato²

Resumo

O presente trabalho analisa o desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias (TSF) no território rural, a partir da sistematização da experiência realizada na Vila Rural das Orquídeas, no distrito de Guaravera, em Londrina-PR. O problema investigado refere-se aos limites institucionais para a efetivação do PAIF em territórios rurais. O objetivo foi sistematizar a experiência coletiva desenvolvida entre 2022 e 2025, articulando PAIF e Programa Movimenta CRAS. Utilizou-se a sistematização de experiências, com análise documental e reflexão crítica. Os resultados evidenciam a efetivação do TSF, com o trabalho compartilhado, da comunicação popular e comunitária e da ação territorial coletiva.

Palavras-chave: Trabalho Social com Famílias; Território rural; PAIF; Comunicação Popular e Comunitária; Assistência Social.

Abstract

This paper analyzes the development of Social Work with Families (SWF) in a rural territory, based on the systematization of an experience carried out in Vila Rural das Orquídeas, in the district of Guaravera, Londrina-PR, Brazil. The research problem concerns the institutional limits to the implementation of the Service for the Protection and Integral Support to Families (PAIF) in rural areas. The objective was to systematize the collective experience developed between 2022 and 2025, articulating PAIF with the Movimenta CRAS Program. The methodology of systematization of experiences was adopted, including documentary analysis and critical reflection on professional practice. The results highlight the implementation of SWF through shared work processes, popular and community communication, and collective territorial action.

Keywords: Social Work with Families; Rural territory; PAIF; Popular and Community Communication; Social Assistance.

¹ Assistente Social da Prefeitura Municipal de Londrina-PR, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação de Política Social e Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina-PR. Mestre pelo mesmo programa em 2018. E-mail: marciliorgarcia@gmail.com

² Educador Social, Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais e graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina-PR (UEL). E-mail: pedroluiz0897@gmail.com



INTRODUÇÃO

“A velha frase “Navegar é preciso, viver não é preciso”, eu a vejo no mar, com olhos diferentes do que em terra. Navegar, eu entendo, é a arte da precisão, e viver é, antes de mais nada, fundamental.”

Amyr Klink

Cem dias entre céu e mar (1995, p.199).

Ao iniciar o presente trabalho, faz-se necessário destacar que o esforço de sistematização desta experiência tem como propósito contribuir com outros profissionais que atuam junto aos grupos e classes subalternas, bem como registrar uma história que, em geral, não costuma alcançar visibilidade nos meios de comunicação tradicionais, como jornais e revistas. Trata-se de uma história construída por pessoas comuns que, no cotidiano de suas vidas, ousam pensar e agir sobre a realidade concreta, afastando-se tanto do idealismo abstrato quanto do niilismo paralisante.

A sistematização da experiência refere-se ao Trabalho Social com Famílias (TSF), desenvolvido no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), em articulação com o Programa Movimenta CRAS, de caráter complementar, executado por uma Organização da Sociedade Civil (OSC). A experiência ocorreu entre os anos de 2022 e 2025, período escolhido por corresponder ao tempo de execução da ação compartilhada entre os referidos serviços no território e foi desenvolvida pelos próprios autores do presente trabalho. As atividades foram desenvolvidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Rural, unidade que, territorialmente, abrange distritos e patrimônios rurais do município de Londrina-PR.

Ao tratar do processo de sistematização, é fundamental reconhecer que nem toda reflexão configura uma sistematização, uma vez que esta se refere necessariamente a experiências práticas concretas. A sistematização permite a apropriação crítica da experiência vivida, possibilitando revivê-la, analisá-la e compartilhar com outros sujeitos os aprendizados construídos ao longo do processo (Jara Holliday, 2006, p. 21-22).

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo (Jara Holliday, 2006, p. 24).

No conjunto das ações realizadas, optou-se por sistematizar uma experiência singular desenvolvida em uma vila rural que, embora conhecida como Vila das Orquídeas, carecia simbolicamente dessas flores de acordo com moradores, evidenciando contradições entre a nomeação e a identidade. Assim, o presente trabalho tem por objetivo sistematizar a experiência do Trabalho Social com Famílias (TSF) no âmbito do PAIF, desenvolvida junto à Vila Rural das Orquídeas, localizada no distrito de Guaravera, no município de Londrina-PR.



Cabe advertir que não há uma “receita” ou uma sequência exata de procedimentos para sistematizar, tal qual uma fórmula mágica, sobretudo, na perspectiva teórica que nos propomos. Também não quer dizer que seja propriedade restrita de especialistas (Jara Holliday, 2006, p. 71). Sabendo disso, observamos a proposta de Oscar Jara Holliday (2006), na obra *Para Sistematizar Experiências*, que propõem cinco tempos para sistematizar: a) o ponto de partida; b) as perguntas iniciais; c) recuperação do processo vivido; d) a reflexão de fundo; e) os pontos de chegada.

Portanto, observando os cinco tempos, a sistematização da experiência seguiu alguns procedimentos metodológicos. Inicialmente, procedeu-se à retomada e análise do plano de trabalho do assistente social responsável pela execução do PAIF no território, bem como do plano de trabalho do Programa Movimenta CRAS e dos registros das atividades realizadas pelos profissionais envolvidos. Em seguida, realizou-se uma análise crítica da experiência, fundamentada na teoria social crítica, buscando identificar os limites, desafios e contradições presentes no desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias no contexto estudado.

Na primeira seção tratamos das ofertas socioassistenciais no que tange aos serviços desenvolvidos pela unidade do CRAS RURAL. Em seguida tratamos do território, para posteriormente apresentar a ação desenvolvida, na medida em que também a analisamos.

CRAS RURAL: a oferta dos serviços socioassistenciais

Nos últimos 30 anos a Assistência Social avançou na sua organização enquanto política pública. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8.742/1993, que organiza a Assistência Social (LOAS) de 1993, atualizada pela Lei nº 12.435/2011, que do ponto de vista legal organiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a formulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009, e a Norma Operacional Básica NOB/SUAS, foram essenciais para organização da política e da gestão. A partir delas, vivemos o desafio de que ela se consolide como de *jure et de facto*.

Segundo Aldaíza Sposati (2009), a Política de Assistência Social (PAS) se orienta pelo atendimento de necessidades específicas de proteção social. O conceito de proteção, derivado do latim *protectione*, remete à ideia de defesa, no sentido de resguardar algo contra sua destruição ou alteração. Nessa perspectiva, a proteção social apresenta um caráter preservacionista, de não precariedade, mas da própria vida, envolvendo ações de apoio, guarda, socorro e amparo. É esse sentido preservacionista que fundamenta tanto a noção de segurança social quanto a afirmação dos direitos sociais.

Diante disso, a proteção social na PAS deve ser garantida pelas seguintes seguranças: de acolhida, renda, convívio ou vivência familiar, comunitária e social, desenvolvimento de autonomia e apoio e auxílio. Nesse sentido, são os serviços, programas e projetos os responsáveis por colocar em ação a PAS nos territórios. A construção histórica dessa política envolve o enfrentamento de desafios, isto é, enfrentar as ausências, inadequações e



insuficiências nas ofertas de proteção social no âmbito da PAS.

Nesse sentido, nos cabe a execução do Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF), que consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias. O CRAS é a unidade com função de referência e contrarreferência do usuário na rede socioassistencial do SUAS. A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectados no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos conforme a complexidade da demanda. A contrarreferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou proteção básica. Neste campo destacamos a PORTARIA SMAS-GAB Nº 14, de 23 de outubro de 2020, que estabelece relação de referência e contrarreferência entre os serviços da Política de Assistência Social do Município de Londrina/PR. Essa portaria introduz neologismos importantes para nosso estudo, o qual destacamos a referência supervisora, referência supervisionada e serviços complementares, no nosso caso, tocantes ao PAIF.

Nesse sentido, o programa Movimenta CRAS existiu na cidade de Londrina entre 2022 e 2025, na forma de programas de ações complementares ao PAIF. Ele foi executado por uma Organização da Sociedade Civil, a instituição EPESMEL (Escola Profissional e Social do Menor de Londrina) e teve como objetivo complementar o TSF realizado nas unidades do CRAS em Londrina. O programa contou com educadores sociais que tinham como objetivo contribuir com o trabalho de proteção social do CRAS em conjunto com a equipe técnica do PAIF a partir de procedimentos previstos no plano de trabalho estabelecidos em termo de colaboração, como buscas ativas, sensibilizações, oficinas, grupos de acompanhamento, ações comunitárias, dentre outros. O programa contou também com recursos para aquisição de materiais necessários para a realização de atividades coletivas, de capital e custeio, que envolviam principalmente equipamentos, materiais pedagógicos e lanches.

Sabe-se que é direito do cidadão, isto é, das pessoas e famílias atendidas pelo PAIF, o atendimento e acompanhamento por equipes de referência. No entanto, a forma como o trabalho está atualmente organizado no CRAS Rural tende a inviabilizar a efetivação desse direito. A área de abrangência do CRAS Rural encontra-se subdividida em seis microterritórios, sendo que cada um deles conta com um profissional de nível superior como referência, responsável pelo desenvolvimento das atividades previstas no PAIF, voltadas à produção de proteção social no âmbito da política de assistência social.

Todavia, tais microterritórios são compostos por distritos e patrimônios rurais que, em muitos casos, não apresentam proximidade territorial entre si. Na prática, essa divisão assume mais o caráter de uma estratégia de repartição de carga de trabalho do que de uma ferramenta que possibilite uma leitura qualificada dos territórios. Isso porque é mais coerente para leitura territorial observar as localidades, no nosso caso, os distritos e patrimônios. Além disso, tal



organização tende a isolar o profissional de nível superior, uma vez que não há a realização sistemática de atividades conjuntas entre os trabalhadores de referência.

Nesse contexto, a equipe que efetivamente desenvolveu o Trabalho Social com Famílias (TSF) na experiência aqui sistematizada foi composta pelo assistente social do PAIF referência para o território e pelo educador social do Programa Movimenta CRAS. Destacamos que o trabalho do educador social (cargo de nível médio) não substitui o trabalho do assistente ou social técnico de nível superior dentre as categorias profissionais elegíveis para a equipe de referência do PAIF, mas complementa no caso de trabalho com grupos, evidenciando uma dinâmica de trabalho que se construiu pela complementaridade do programa ao serviço.

Nessa dinâmica de trabalho estabelecida, sempre houve momentos de planejamento das atividades para organização do trabalho, pensando o território e a participação das famílias. Nesse sentido, vamos destacar uma experiência referente ao TSF desenvolvido na Vila Rural das Orquídeas, no distrito de Guaravera, em Londrina-PR.

O território: Vila Rural das Orquídeas

O município de Londrina-PR é dividido em distrito sede e distritos e patrimônios rurais. Atualmente a divisão conta com distrito sede, e oito distritos, a saber: Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta. Os patrimônios rurais ou vilarejos surgem por algum motivo, normalmente pela abertura de uma fazenda no local. São uma vila rural, mas é necessário diferenciar das vilas rurais constituídas nos governos de Jaime Lerner (1995-2002), que eram constituídas de terrenos de 5.000 m², com casa popular e destinados a lavradores, que não possuíam terras para produção de alimentos. Alguns são atrelados a algum distrito, como Guairacá a Paiquerê, Regina a Espírito Santo e Taquaruna a Irerê. Outros, são vinculados ao distrito sede, como Selva e Três Bocas (Boni, Alegro, Candoti, p. 12, 2022).

O Distrito de Guaravera foi criado em 1951, tal qual o Distrito de São Luiz. Apenas o Distrito de Irerê foi criado antes, no ano de 1947. Guaravera e São Luiz surgem como desmembramento da Fazenda Guairacá, que era a maior fazenda da Gleba Três Bocas, com 14 mil alqueires, adquirida em 1928 pelo Sr. Gustavo Avelino Corrêa. Mais tarde ele fracionaria parte de suas terras em seis loteamentos, sendo que um deles viria a se tornar o Distrito de Guaravera. No que se refere a origem do nome, de acordo com Gilberto Santos, sobrinho de Gustavo Avelino Corrêa, o nome é uma referência ao indígena Guaravera e seu parceiro Guairacá, que teriam comandado um grande contingente de indígenas na defesa da fronteira do Brasil com o Paraguai. De acordo com dados do Censo IBGE de 2010, Guaravera possui 3.935 habitantes com uma extensão territorial de 177,305 km², ficando a 40 km do centro de Londrina (Boni, Alegro, Candoti, p. 63, 2022).

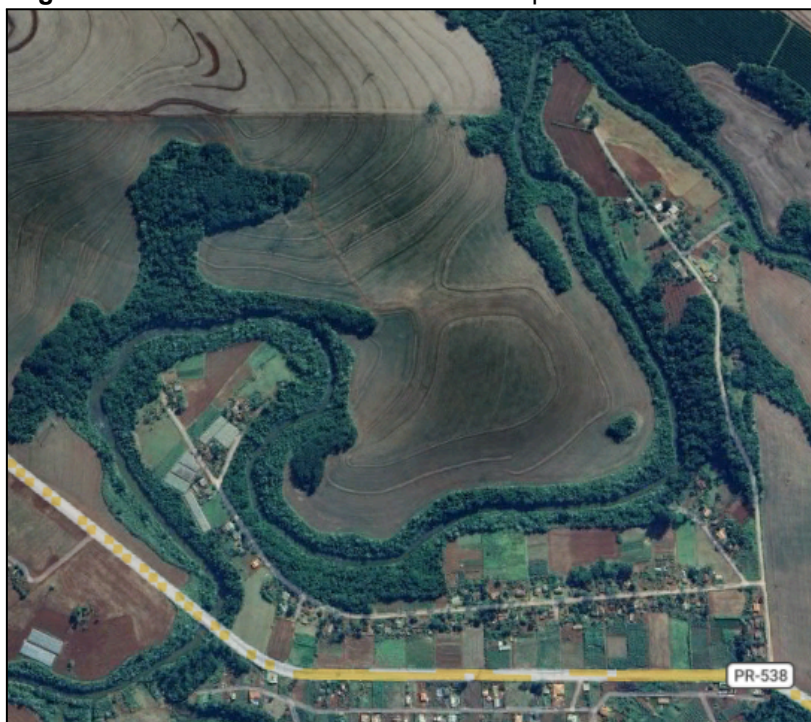
A Vila Rural do distrito de Guaravera, conhecida como Vila Rural das Orquídeas, tem sua origem vinculada ao Programa Vilas Rurais do Estado do Paraná, implementado durante a gestão do governador Jaime Lerner (1995–2002), no início dos anos 2000. O programa era



direcionado a trabalhadores rurais volantes e previa a implantação de 56 lotes, cada um com área de 5.000 m², além de unidades habitacionais com 44,5 m², financiadas pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR). O principal objetivo era proporcionar o sustento das famílias nos períodos em que não houvesse trabalho nas lavouras da região (Barberato, 2000).

Toda a vila é contornada pelo Rio Taquara, com áreas de conservação, com latifúndio além do rio e entrada pela Rodovia Álvaro Godoy (PR 538). A vila fica a cerca de 3 km de distância do núcleo urbano do distrito de Guaravera. A igreja onde foram realizados os encontros do grupo fica localizada a cerca de três quilômetros do núcleo urbano do distrito. Um trajeto que em menos de cinco minutos é concluído de veículo PR-538, mas que caminhando leva quarenta minutos. A ausência de acostamento na estrada dificulta o tráfego de transeuntes. O transporte público entra na vila rural, mas funciona poucas vezes ao dia. O transporte escolar também entra na vila, o que garante o acesso de crianças e adolescentes à educação. E o espaço de uso coletivo que havia na vila foi destruído pelo tempo.

Figura 1 - Vista aérea da Vila Rural das Orquídeas.



Fonte: Google Earth (2026).

Segundo Fernandes e Ponte (2002, p. 116) observa-se a territorialização das vilas rurais por quase todo o estado do Paraná, com a existência de vilas rurais em 265 dos 399 municípios do estado, com 405 vilas rurais, contemplando 15.652 famílias. Os autores destacam que o programa aparece com o objetivo de proporcionar mudança na estrutura fundiária com a formação de pequenas propriedades, isto é, de reforma agrária, no entanto, de fato, é mais uma política pública que busca o fornecimento de mão-de-obra assalariada ao capital.



O trabalho compartilhado

Em outubro de 2022, o Programa Movimenta CRAS passou a atuar de forma articulada com a equipe técnica do PAIF no desenvolvimento de atividades coletivas na área de abrangência do CRAS RURAL, no município de Londrina. Nesse mesmo período, no contexto pós-pandemia da COVID-19, foi retomado o Trabalho Social com Famílias (TSF) em sua dimensão coletiva no distrito de Guaravera, por meio da realização de atividades de convivência, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como de socialização de direitos sociais.

Ao tratar da cooperação no trabalho, Karl Marx (1818-1883) nos ensina de forma bastante didática, que “a soma total das forças mecânicas exercidas por trabalhadores isolados difere da força social gerada quando muitas mãos atuam simultaneamente na mesma operação indivisa” (Marx, 2013, p. 498). Também conclui que em alguns ramos da indústria³ “O efeito do trabalho combinado não poderia aqui de modo algum ser produzido pelo trabalho isolado” (Marx, 2013, p. 498). Para Marx, o caráter social do trabalho é uma dimensão fundamental da vida, o produto de trabalhadores isolados é necessariamente distinto ao trabalho dentro da cooperação.

O trabalho compartilhado possui o sentido da cooperação do trabalho explicitada anteriormente, a existência de trabalhadores coletivos inseridos em relações sociais concretas e produzindo resultados concretos. Entendemos que “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2011, p. 25). Os atores dessa história são famílias, mulheres, homens no seu dia a dia, fazendo suas escolhas e chegando a resultados possíveis. Isto é, precisamos considerar as trajetórias de vida que os trouxeram até aqui, as condições de se envolverem no grupo e nas atividades, bem como nossas próprias condições de realizar o TSF.

Durante uma das atividades, realizada no núcleo urbano do distrito de Guaravera, uma moradora da Vila Rural das Orquídeas questionou a ausência de ações coletivas naquele território, destacando que, em períodos anteriores, esse tipo de atividade já havia sido desenvolvido na vila. A partir desse questionamento, foi criado um grupo em aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp), com o objetivo de identificar o interesse de outras pessoas e famílias da comunidade em participar de atividades coletivas. Ficou acordado que, havendo interessados, as ações seriam desenvolvidas diretamente na Vila Rural das Orquídeas.

De forma imediata, outras pessoas e famílias manifestaram interesse e passaram a integrar o grupo, o que possibilitou o planejamento e a execução de ações no território da Vila

³ Entendemos que a capacidade de cooperação entre os homens é anterior ao desenvolvimento da grande indústria capitalista, assim como o processo de trabalho precede o processo de valorização (Marx, 2013). Portanto, as possibilidades contidas na cooperação são mais amplas do que a cooperação subsumida ao Capital, sendo necessário pensar formas alternativas de cooperação do trabalho, mesmo que contraditórias, subordinadas ao salariato, no interior de uma sociedade capitalista dependente e marcada pela superexploração da força de trabalho.



Rural das Orquídeas, localizada na zona rural do distrito de Guaravera. Esse questionamento inicial revelou-se fundamental, pois não apenas evidenciou a demanda por atendimento no território rural, como também provocou a reflexão da equipe acerca das condições institucionais e operacionais para a execução do trabalho social naquele contexto.

Esse movimento constituiu o ponto de partida da experiência do grupo de acompanhamento na Vila Rural das Orquídeas. Em todo esse período foram realizados diversos encontros do grupo de acompanhamento, normalmente mensais, realizados no período da manhã, das nove horas e trinta minutos até às onze horas, na pequena e acolhedora igreja de madeira da vila.

Figura 2 - Igreja da vila.



Fonte: autores (2023).

O volume dois do Caderno de Orientações Técnicas do PAIF, apresenta sugestões de abordagens metodológicas, como a pedagogia problematizadora e a pesquisa-ação. A pedagogia problematizadora, ancorada em Paulo Freire (1921-1997), compreende a educação popular como uma leitura crítica do mundo, fundada no diálogo e entendida como ação político-pedagógica comprometida com os sujeitos oprimidos e sua libertação. Já a pesquisa-ação, com referência em Michel Thiollent (1947-atual), caracteriza-se pela implicação direta dos sujeitos nos problemas investigados, articulando produção de conhecimento e intervenção social.

No desenvolvimento do TSF, precisamos destacar que consideramos a contribuição da Comunicação Popular e Comunitária (CPC). Tanto a Comunicação Popular como a Comunicação Comunitária não são práticas recentes, no entanto, sua articulação nessa ordem e de forma combinada constitui uma inovação do curso de especialização da UEL, de mesmo nome. Conforme Miani (2011), os termos “popular” e “comunitária” não devem ser compreendidos como sinônimos, mas como concepções distintas e complementares, articuladas de maneira dialética. Tal perspectiva exige compreender o conceito de subalternidade para além das condições materiais de pobreza, reconhecendo-a como produto de processos históricos de dominação e de operações hegemônicas que se expressam especialmente no campo político. Ela ultrapassa a ideia de simples agrupamento territorial ou



populacional, constituindo-se em espaços de resistência, no qual se desenvolvem processos críticos e coletivos de enfrentamento às formas de alienação produzidas pelo capitalismo.

“Assim, a Comunicação Popular e Comunitária (CPC), nessa ordem e de maneira combinada, compreende uma comunicação realizada pelos grupos ou classes subalternas, com posicionamento político crítico e pautada na luta de classes” (Garcia, 2025, p. 10).

Ao observar o trabalho desenvolvido, podemos dividi-lo em cinco momentos: o surgimento do grupo; o objetivo coletivo; o planejamento; a execução; e a pós-execução.

Quadro 1 - Sistematização das atividades desenvolvidas.

	Bloco	Qtd. de encontros	Temas	Período
1	Surgimento do grupo	3 encontros (os 3 primeiros encontros)	Serviços e benefícios assistenciais; Conferência de Assistência Social.	10/03/2023 a 21/06/2023
2	Objetivo coletivo	4 encontros (encontro 4 a 7)	Território e territorialidade; Identidade do grupo.	21/07/2023 a 08/12/2023
3	Planejamento	5 encontros (encontro 8 a 13)	Serviços e benefícios assistenciais; Cuidados de si e com a terra; Plantio de orquídeas na vila; Trajetória de vida; Eleições e cidadania.	28/02/2024 a 25/09/2024
4	Execução	1 encontro (encontro 14)	Cuidado com o território.	18/10/2024
5	Pós-execução	5 encontros (encontro 15 a 19)	Relação com o Grupo; Socialização de informações e serviços; Conta Gov; Pré-conferência.	04/11/2024 a 26/06/2025

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Importante destacar que os momentos não são estanques, estão imbricados e coexistiram ao longo do processo de forma dialética e contraditória. A divisão da totalidade do processo em momentos distintos serve para fins de análise e crítica da realidade concreta existente, mas esta divisão é meramente didática e não existiu na cotidianidade dos fatos ocorridos. A realidade social existe como um emaranhado de fatos complexos e coexistentes, a crítica desta realidade é um momento da práxis.

O surgimento do Grupo de acompanhamento da Vila das Orquídeas foi marcado por uma dificuldade de acesso das famílias do território à serviços públicos pela distância e isolamento, mas também pela falta de informações para o acesso.

Historicamente quem reside à beira de rios sempre se preocupa com as chuvas, e a Vila das Orquídeas não é diferente, pois fica à beira do rio Taquara. Em janeiro de 2016, as fortes chuvas, caracterizadas como um evento climático extremo, geraram a elevação do nível da água do rio Taquara, gerando medo e prejuízo às famílias. O frequentemente recordado durante os encontros, demonstrando o quanto o evento deixou marcas nas pessoas pela sensação de desamparo, isto é, pelo sentimento de insuficiência da proteção social no



enfrentamento do evento climático.

O objetivo de plantar orquídeas no território foi construído ao longo dos meses em conjunto com as famílias participantes do grupo. Foi no cotidiano de trabalho, na relação com as famílias participantes, ouvindo e aprendendo com estas famílias, que pudemos apreender a contradição entre o nome simbólico e a realidade concreta do território. Descobrimos que o nome da vila era uma homenagem a sua beleza, mas também uma intenção que não se concretizou. Para as famílias, apesar de o território ter o nome de Vila das Orquídeas, carecia das plantas ornamentais, de modo que despertaram a vontade de enfrentar a situação. Durante as discussões entenderem que o grupo poderia fazer algo, isto é, plantar orquídeas.

Durante os encontros do grupo foram realizadas atividades sobre tempo e espaço no território, valendo-se de dinâmicas como mapa falado⁴ e túnel do tempo⁵, buscando recuperar a trajetória de vida e a relação com o território entre as famílias participantes. Também foi realizada uma atividade para a construção da identidade do grupo, de onde surgiu o nome do grupo, *Salve as Orquídeas!* Assim, o espaço remete a uma totalidade constituída por formas que expressam relações sociais do passado e do presente, articuladas a uma estrutura marcada por relações em curso (Santos, 1978, p. 122).

O local conhecido simbolicamente como Vila das Orquídeas não possui este como o nome oficial do território. Oficialmente se chama Vila Rural Guaravera, a identidade das famílias que moram no território foi construída a partir das relações específicas que estabelecem entre si, o nome Vila das Orquídeas foi construído no imaginário dessas famílias, assim como o desejo de concretizar o nome do território com o plantio de orquídeas. Ao tratar o princípio de determinação no método dialético, Vaz e Souza (2023) nos diz que *“A realidade social é uma realidade determinada e, indubitavelmente, os fatos sociais são como são devido a determinadas razões e relações específicas que os compõem”* (Vaz, Souza, 2023, p. 106).

Os encontros do grupo foram permeados por atividades que buscavam entender o território a partir do olhar dos moradores da Vila das Orquídeas. Conhecer a história do território a partir do olhar das famílias que ali vivem é uma tarefa que foi proposta enquanto trabalhadores comprometidos com uma interpretação radical do mundo. Walter Benjamin (1987) em suas teses sobre o conceito de história nos ensina que:

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (Benjamin, 1987, p. 225).

Estar no território em que vivem essas famílias e conhecer a realidade social em que estão inseridas, os problemas que enfrentam no dia a dia, os ensinamentos transmitidos pelo

⁴ Dinâmica adaptada e realizada pelos autores em que se discute as relações sociais no espaço.

⁵ Dinâmica adaptada e realizada pelos autores em que se reconstrói a linha do tempo das trajetórias de vida no território.



saber cotidiano em experiências singulares de vida, utilizando de dinâmicas de grupo, atividades e diálogo com essas famílias, foi o modo de “escovar a história a contrapelo” a partir da qual foi possível estabelecer relação com as famílias no território.

Com o debate em curso para o alcance do objetivo coletivo do plantio de orquídeas, em um dos encontros do grupo, uma participante compareceu ao grupo e levou algumas mudas de orquídeas, retiradas do seu próprio quintal. Diante da situação não prevista, o encontro do grupo neste dia foi adaptado para realizar o plantio de orquídeas em árvores do entorno. Após esse momento, os outros encontros do grupo tinham a característica simbólica de olhar para as mudas ali plantadas, e pensar no planejamento das próximas. Durante as idas e vindas ao território, muitas vezes refletindo sobre os encontros do grupo, uma das constatações frequentes é que as atividades em grupo são como um barco em mar aberto, com as ondas e o vento podendo mudar a direção que havia sido prevista. A direção que seguiria a execução do planejamento no grupo é que nós não podemos controlar. Dependia das famílias que participavam do grupo, suas opiniões e contribuições na execução das atividades.

Definiu-se que era preciso aprimorar o conhecimento para alcançar o objetivo proposto. Assim, realizamos uma visita ao orquidário da UEL, contando com apoio do professor Ricardo Farias, do Departamento de Agronomia. Na Universidade, recebemos a orientação sobre cultivo de orquídeas, com o preparo das mudas, plantio e cuidados com as plantas, conhecemos a biofábrica de orquídeas e ao final cada família recebeu uma muda de orquídea. Também foi fornecido pelo orquidário mais 50 mudas de orquídea e outras 50 mudas de pitaya para realização do plantio na Vila. O apoio do professor e dos discentes de pós-graduação do orquidário da UEL foram fundamentais.

E uma das atividades em que debruçados sobre o mapa da vila elaboramos coletivamente como seria realizado o plantio, quais os materiais necessários, quem poderia participar no dia, por onde começar o plantio, em quais lotes seriam plantadas e quais os critérios para o plantio, no deparamos com a questão do nome das ruas. Alguns diziam que elas tinham nomes e outros que não, que seriam nomeadas apenas como projetadas. Na busca da resposta procedemos uma pesquisa e descobrimos que as duas principais tinham nome, a saber: Rua Cesidia Lopes Ferreira⁶ e Rua José Maurício Ferreira⁷. Inclusive, dialogamos sobre a biografia das pessoas que dão nome às ruas em um dos encontros. Isso também nos levou a construir placas de identificação das ruas, contando com o apoio do Educador Social Fernando Vilas Boas, também trabalhador do Movimenta CRAS, que escreveu com o pirógrafo em tábuas de madeira o nome das ruas. Essas placas foram pintadas e envernizadas pelo grupo, para serem fixadas no dia do plantio.

Durante a atividade com o nome das ruas, uma das participantes sugeriu colocar no nome de uma das ruas projetadas o nome de uma das participantes do grupo que havia falecido recentemente. Essa senhora foi importante na organização comunitária da vila das orquídeas, participou de movimentos para a melhoria da qualidade de vida das famílias do

⁶ Lei municipal nº 11.407 de 28 de Novembro de 2011.

⁷ Lei municipal nº 10.243, de 11 de Junho de 2007.



local, sendo também conselheira municipal de assistência social. Todas as pessoas do grupo reconheciam sua importância, era uma mulher comprometida com as demandas sociais do território e que sabia lutar por seus direitos. Aproveitamos esse momento do grupo para valorizar a falecida companheira. Infelizmente não foi possível oficializar o nome da rua com o nome da companheira, mas foi importante poder sonhar e nos lembrar de sua importância.

O marco dessa trajetória ocorreu no dia 18 de outubro de 2025, com a realização de uma ação comunitária que culminou no plantio das orquídeas na Vila Rural das Orquídeas. Na ocasião, contou-se com o apoio de discentes de pós-graduação vinculados ao Orquidário da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Para viabilizar a atividade, o assistente social do PAIF e o educador social do Programa Movimenta CRAS deslocaram-se até a UEL para buscar as mudas de orquídeas e de pitayas, contando com o apoio de uma motorista de outra unidade de CRAS, seguindo posteriormente para a Vila Rural das Orquídeas, do distrito de Guaravera. O ponto de encontro da ação foi a igreja da vila, espaço tradicional das reuniões do grupo de acompanhamento, onde se reuniram outros membros do grupo para, em seguida, realizar o plantio ao longo da vila. Paralelamente, foram afixadas nas ruas as placas produzidas coletivamente, tornando visíveis, no espaço público, nomes e identidades que até então permaneciam ocultos.

Figura 3 - Preparando a placa.



Fonte: autores (2024).

Figura 4 - Placas na rua.



Fonte: autores (2024).

Figura 5 - Plantio.



Fonte: autores (2024).

Ao longo do processo de acompanhamento do grupo, orientado por ações fundamentadas na perspectiva da Comunicação Popular e Comunitária e voltadas ao alcance dos objetivos do PAIF, emergiu o desejo coletivo de que a vila passasse, de fato, a possuir as flores que lhe dão nome. Esse anseio conduziu à visita ao Orquidário da UEL e culminou na construção da proposta coletiva de plantio, configurando-se como expressão de reivindicação, mobilização social e fortalecimento do vínculo dos moradores com o território. Nesse sentido, segundo Paulo Freire, [...] “O trabalhador social, como homem, tem que fazer uma opção. Ou adere a mudança que ocorre no sentido da verdadeira humanização do homem, de seu ser mais, ou fica a favor da permanência” (Freire, 1983, p. 49). Assim, as escolhas na condução



do trabalho foram fundamentais, pois as “orquídeas” se tornaram em um tema gerador, que proporcionou diálogos, reflexões e uma ação coletiva concreta, que problematiza nosso lugar na vila e no mundo.

Figura 6 - Visita ao Orquidário da UEL.



Fonte: autores (2024).

Embora o acompanhamento do CRAS Rural envolvesse famílias de 14 lotes, a ação abrangeu o conjunto da vila, priorizando o plantio na entrada dos lotes e em espaços de uso comum. Além das orquídeas, também foram distribuídas mudas de pitaya, fruta reconhecida por sua rusticidade, contribuindo para o estímulo ao cultivo e à apropriação coletiva do território.

Clodovis Boff (1984) nos ensina que, antes de qualquer trabalho junto ao povo, é necessário estar inserido, de algum modo, em sua realidade concreta, participando de sua vida cotidiana. Para o autor, é “da terra da realidade, especialmente da realidade contraditória, que pode nascer um trabalho popular promissor” (Boff, 1984, p. 56). Tal perspectiva nos permite compreender que o trabalho social não se constrói a partir de intervenções externas ou distanciadas, mas de uma presença comprometida com os sujeitos e com o território em que vivem.

Nesse sentido, trata-se de uma caminhada com o povo, e não da mera oferta de um serviço moldado por padrões burgueses, caracterizados por lógicas de compra e venda, demanda e atendimento, ou pela realização de atividades pontuais e fragmentadas. O trabalho popular pressupõe envolvimento, partilha e construção coletiva de objetivos, superando a compreensão instrumental da intervenção social.

Essa caminhada implica também um processo permanente de aprendizagem, no qual se avaliam os resultados dos objetivos propostos, mas se reconhece, igualmente, a importância do não previsto. Valoriza-se, assim, tanto os êxitos alcançados quanto os aprendizados advindos das dificuldades e dos fracassos, compreendidos como parte constitutiva de um processo coletivo, histórico e contraditório de transformação social.

Não podemos prever se as orquídeas enquanto flores se proliferaram, mas gostaríamos que sim, ao mesmo tempo em que os aprendizados da experiência.



Considerações Finais

O trabalho buscou se distanciar de meras caracterizações comumente utilizadas, como identificação de talentos, boas práticas, experiências exitosas ou inspiradoras, pois, também é preciso aprender com as lições do percurso.

A sistematização da experiência do Trabalho Social com Famílias desenvolvida na Vila Rural das Orquídeas evidenciou que a efetivação do PAIF em territórios rurais enfrenta limites institucionais, operacionais e territoriais que não podem ser compreendidos apenas a partir de normativas gerais da Política de Assistência Social. A distância geográfica, a fragmentação do território em microterritórios pouco articulados e a escassez de espaços coletivos revelam desafios concretos para a garantia das seguranças socioassistenciais no território rural, exigindo dos trabalhadores leituras críticas da realidade.

Ao mesmo tempo, a experiência demonstrou que o trabalho compartilhado entre o PAIF e o Programa Movimenta CRAS e as pessoas e famílias atendidas, articulado à perspectiva da Comunicação Popular e Comunitária, possibilitou a construção de ações coletivas enraizadas no território e orientadas pelo desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos sujeitos. O processo de construção do objetivo coletivo do plantio das orquídeas constituiu-se como um tema gerador, capaz de articular memória, identidade, pertencimento e ação política, transformando uma contradição simbólica do território em mobilização concreta. Nesse sentido, o trabalho social se afirmou como prática relacional, dialógica e histórica, produzida na interação entre os envolvidos, e não como mera oferta de serviços.

A experiência reafirma que a sistematização não se encerra nos resultados imediatos, mas nos aprendizados construídos ao longo do processo, inclusive diante do não previsto. Mais do que garantir a permanência das flores no território, o que se buscou foi o fortalecimento das relações do coletivo, a ampliação do acesso à informação, a apropriação coletiva do espaço e a reafirmação do território como lugar de vida, resistência e produção de sentidos. Assim, a experiência da Vila Rural das Orquídeas contribui para o debate sobre o Trabalho Social com Famílias no meio rural, indicando que práticas fundamentadas na comunicação popular e comunitária.

Por fim, retomando a reflexão inicial, existem ações que, assim como o navegar, exigem conhecimento técnico e precisão em sua execução, considerando os instrumentos disponíveis, as correntes marítimas, as condições climáticas, entre outros elementos. No entanto, ao lidar com pessoas e com as relações sociais, há sempre o imprevisto, o não planejado, aquilo que escapa à exatidão. Por isso, torna-se fundamental compreender o que nos cabe enquanto profissionais, mas também reconhecer o que compete aos demais sujeitos envolvidos no processo, entendendo que o resultado da ação não corresponde ao idealizado previamente, mas ao concreto produzido na dinâmica da ação coletiva.



REFERÊNCIAS

BARBERATO, Cláudia. **Londrina terá sete vilas rurais**. Folha de Londrina, Londrina, 14 jul. 2000. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-rural/londrina-tera-sete-vilas-rurais-292430.html>. Acesso em: 07 fev. 2026.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o povo**: metodologia do trabalho popular. Petrópolis: Vozes, 1984.

BONI, Paulo César; ALEGRO, Regina Célia; CANDOTI, Eliane Aparecida. **Distritos e patrimônios de Londrina**: lugar de gente de valor. Londrina: Museu Histórico de Londrina, 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano; PONTE, Karina Furquim. **As vilas rurais no Paraná**: uma política pública de contenção da reforma agrária. Terra Livre, São Paulo, n. 19, p. 105-120, jul./dez. 2002.

GARCIA, Marcílio Ronaldo. **O trabalho do assistente social no PAIF e a Comunicação Popular e Comunitária**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Comunicação Popular e Comunitária) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

GOOGLE. Google Earth. **Imagem de satélite**. Disponível em: <https://earth.google.com>. Acesso em: 07 fev. 2026.

INSTITUTO LEONARDO MURIALDO – EPESMEL. **Plano de trabalho para celebração de termo de colaboração para a execução do Programa de Ações Complementares do PAIF**. Londrina: EPESMEL, 2022. Edital de Chamamento Público nº 003/2022 – SMAS/FMAS.

JARA HOLLIDAY, Oscar. **Para sistematizar experiências**. Brasília: EdPopSUS / EPSJV-Fiocruz, 2006. Disponível em: <https://www.edpopsus.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/oscar-jara-para-sistematizar-experic3aancias1.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2026.

KLINK, Amyr. **Cem dias entre céu e mar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático**. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p.221-233, dez.2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/16547/14492>. Acesso em: 09 fev. 2026.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção não contributiva**: concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: UNESCO, 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa Ação**. São Paulo: Cortez, 2006.

VAZ, Joelma Castro Rodrigues; SOUZA, Tiago Zanquêta. **A sistematização de experiências e suas raízes no método dialético**. Cadernos da Fucamp, v.22, n.54, p.96-110/2023.